

Seminário FESPSP 2017 – Incertezas do Trabalho

02 a 05 de outubro de 2017

GT 2: Crise das Democracias Contemporâneas: Partidos, Eleições e Cidadania

**“O Lobby do Setor Financeiro para a Contenção dos Avanços Sociais (2012-2017)”**

Daniel de Almeida Soares

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP

RESUMO: Este artigo se propõe a uma breve reflexão sobre a influência das entidades e instituições financeiras e industriais no projeto de país estabelecido, mostrando assim o impacto que lobby dos capitalistas deste setor têm causado aos avanços sociais no Brasil. A necessidade de discorrer sobre o tema está na problemática de que, muito embora seja óbvio para boa parte dos acadêmicos que esta resistência das elites contra os avanços sociais atrasam demasiadamente o desenvolvimento equilibrado do país, os representantes do setor financeiro quase sempre passam despercebidos pelo cenário político por terem a inteligência de agir nas sombras de congressistas, mídia e instituições, utilizando-se destes como verdadeiros testas de ferro enquanto atraem pouca ou nenhuma atenção para si. Deixam que a impopularidade de suas demandas recaiam sobre partidos, figuras políticas e veículos de comunicação enquanto apenas usufruem de seus resultados, aumentando vertiginosamente suas taxas de lucro enquanto cresce o desemprego e o poder de compra da população diminui.

Palavras-chave: **Lobby; Bancos; Empresários; Financeiro; Social**

O Lobby do setor financeiro para o direcionamento das decisões políticas de governantes e parlamentares não é nenhuma novidade. Em certa medida, o Estado sempre foi instrumento das classes dominantes para manutenção de privilégios, desde as mais velhas monarquias até o modelo Estado-nação moderno. Afinal, o prestígio, o capital e os interesses pessoais dos governantes têm sido prioridade para aqueles que são responsáveis por legislar e executar; prioridades estas que vêm muito antes daquilo que deveria ser a real e única atribuição destes responsáveis: representar, legislar e executar de acordo com as demandas da população. Em qualquer lugar do mundo, os empresários, os banqueiros, e os rentistas possuem grande influência sobre as decisões do Estado no que diz respeito às políticas públicas, fiscais e monetárias. Isso não significa que estes tenham lugar destacado no debate pela sua implantação, mas suas vozes são ouvidas da mesma forma. Afinal, aqueles que exercem a vida pública como parlamentares frequentemente cedem aos seus apelos; os capitalistas exigem aprovações ou rejeições de projetos de lei em troca de determinadas quantias ou agrados quaisquer. Além disso, muitos dos políticos de carreira são híbridos, ou seja, ao mesmo tempo em que estão na vida pública possuem empresas que se beneficiarão de deliberações do Estado. Neste caso legislam pelo interesse próprio.

No Brasil, tivemos recentemente casos bastante significativos em que o Lobby dos empresários, dos rentistas e dos bancos alcançaram alterações na legislação (até mesmo inconstitucionais) e até mesmo a destituição um chefe de Estado. Neste artigo, portanto, falaremos sobre o Lobby do setor financeiro para a derrubada da presidenta eleita quando esta se mostrava arredia perante seu domínio das políticas econômicas, a defesa destes ao teto dos gastos sociais e o apoio à Reforma trabalhista, todos objetivos facilmente alcançados apesar da impopularidade das medidas, além, é claro, da vindoura Reforma da Previdência que, em breve, estará em pauta no congresso. Trataremos aqui, brevemente, sobre cada um destes tópicos, sempre focados em como o setor financeiro tem se manifestado em relação a eles. Começemos pela Guerra dos Spreads que culminou no impeachment de Dilma Rouseff.

## **A guerra dos spreads**

No Brasil, historicamente, predomina a política monetária que mais agrada ao setor financeiro privado, de uma forma ou de outra. O acesso que os empresários e banqueiros possuem aos parlamentares no congresso e o aparato midiático que movimentam – economistas e “especialistas” defendem diariamente a política monetária ortodoxa e a manutenção da meta do tripé neoliberal – faz com que a economia siga sempre de acordo com seus interesses. E sempre quando se tentou desafiar esta lógica vemos uma reação foi acachapante.

Desde os históricos debates públicos entre Celso Furtado e Eugênio Gudin nos anos 30 pela apropriação da narrativa predominante no exercício da política econômica no Brasil temos visto, por um lado, críticas de esquerda exigindo políticas anticíclicas e intervenção estatal em questões chave para a consolidação de um crescimento econômico robusto e não-superficial – tais como o investimento estratégico em setores produtivos ignorados pelo empresariado ou a depreciação da moeda em prol do favorecimento das indústrias nacionais perante os produtos importados – e por outro os liberais defendendo o controle da inflação através da alta nas taxas de juros – presumindo erroneamente que a inflação sempre fora causada pelo aumento da demanda, ignorando fatores exógenos importantes para esta análise – e, conseqüentemente, os lucros astronômicos dos capitalistas nacionais agro-exportadores e rentistas (BIELSCHOWSKY, 1988).

No entanto, após longos anos de predominância da narrativa monetarista no fazer econômico do país – vide a implementação das práticas neoliberais pela junta militar no objetivo de destruir o projeto varguista e a luta constante pelo controle inflacionário nos governos FHC – o projeto Lulista, na sua característica proximidade com a classe trabalhadora e na inesperada conciliação com o setor financeiro, angariou apoio popular massivo para que, finalmente, um presidente, no caso, uma presidenta, ousasse desafiar a galinha dos ovos de ouro da burguesia nacional, a saber, o lucro. Em 2012, Dilma e seu Ministro da Fazenda, Guido Mantega, organizaram um grande plano de ataque às elevadas taxas de lucratividade do setor

financeiro no Brasil, declarando guerra pública aos bancos privados<sup>1</sup>, utilizando-se dos estatais como instrumentos para pressioná-los a baixar os spreads<sup>2</sup> e articulando mudanças estruturais junto ao Banco Central para cercá-los efetivamente<sup>3</sup>.

Assim como Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma promovera avanços sociais consideráveis. Mas, diferentemente de seu antecessor, ela não fora nem um pouco cuidadosa para com a preservação das margens de lucro dos empresários e rentistas, e bateu de frente com onças ferozes que jamais souberam lidar com um recuo sequer em sua rentabilidade (SINGER, 2015). O plano de Dilma, contudo, era realizar uma “revolução monetária” (MELLO, 2014) que beneficiasse os capitalistas industriais: através da depreciação cambial e do controle de capitais o produto nacional não sofreria com a concorrência dos importados; além disso, por efeito da baixa dos juros a indústria poderia tomar mais crédito dos bancos para aumentar sua produtividade; e por conta da isenção dos tributos sobre a produção industrial, o consumo seria impulsionado; sem falar na redução forçada de 20% sobre o custo da eletricidade que favoreceria em muito a indústria brasileira na competição com os importados. Sua política econômica também procurou beneficiar o setor privado empresarial: através de uma série de desonerações sobre a folha de pagamento esperava-se que este setor, que é responsável por 70% do investimento nacional, fosse elevar seus investimentos com as condições favoráveis de produção e amplo poder de consumo dos trabalhadores. Mas não foi o que se viu. Devido a uma série de fatores, o principal sendo a crise internacional, o crescimento de 2012 foi abaixo do esperado e em 2013 a inflação apresentou uma pequena alta. Logo, o empresariado, os industriais, e os capitalistas rentistas se rebelaram contra Dilma, colocando a culpa do baixo crescimento em seu intervencionismo estatal (SINGER, 2016). A partir daí teve início o processo que levaria à destituição de Dilma da presidência.

---

<sup>1</sup>A batalha decisiva de Mantega. Disponível em: <<http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20120711/batalha-decisiva-mantega/1294.shtml>>. Último acesso em: 09 de maio de 2017.

<sup>2</sup>OLIVON, Beatriz. Mantega defende que concorrência vai pressionar spread dos bancos privados. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/mantega-68/>>. Último acesso em: 09 de maio de 2017.

<sup>3</sup>D'AGOSTO, Marcelo. BC supera otimismo do cenário “Mantega”. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/valor-investe/o-consultor-financeiro/2803018/bc-supera-otimismo-do-cenario-%E2%80%9Cmantega%E2%80%9D>>. Último acesso em: 09 de maio de 2017.

André Singer (2016) elucubra de maneira bastante detalhada sobre as razões e as fases do processo que aceleraram o pacto lulista e levaram a presidenta de uma popularidade invejável à deposição do governo com amplo apoio popular. O autor, inclusive, destaca que tal movimentação de oposição surgiu justamente nas elites, que além de ver sua possibilidade de rendimento decair, também viu a luta de classes se acirrar na medida em que o pleno emprego e o salário mínimo eram mantidos pelo governo, e que este estado de coisas lhes tirava a vantagem na barganha com o trabalhador. Ao ver a inflação subir no início de 2013 e as jornadas de junho eclodirem no mesmo ano, as elites (que dominam ideologicamente quase que a totalidade dos grandes veículos de comunicação), em conjunto com a classe média, enxergaram um terreno fértil para contra-atacar a presidenta que ousara lhes desafiar no âmbito monetário e político (SINGER, 2016). O que Dilma só perceberia mais tarde – tarde demais – era que os gastos públicos com a distribuição de renda só haviam sido possíveis durante os anos anteriores graças ao consentimento e ao silêncio das elites, agraciadas pelos incentivos dados pelo governo e livres para aplicar sua lógica de acumulação (exploração) sem obstáculos estatais, e que sua deposição representava o despertar deste gigante antes adormecido, uma vez que ela os havia provocado.

Este silêncio das classes dominantes, entretanto, juntamente com o pacto lulista, chegara ao fim. A segunda onda recessiva da crise internacional chegava ao Brasil e as camadas mais ricas da sociedade culpavam a política econômica intervencionista de Dilma pelo déficit. Os economistas neoliberais, os empresários industriais, os capitalistas rentistas, e até mesmo os pequenos empreendedores que usufruíam de concessões nos impostos sobre o trabalho, passaram todos a construir o consenso de que Dilma era nociva ao Brasil e atacavam-na de todas as maneiras possíveis através dos vários meios de que dispunham (SINGER, 2016). Simultaneamente, passaram a defender a política econômica de austeridade, o que significava a volta do velho tripé e, como em todo pacote de medidas de combate à recessão, a demanda pelo corte nos gastos sociais. Este discurso tornou-se rotineiro na voz de parlamentares, empresários e rentistas desde a fatídica ruptura em 2013.

A Febraban, quando forçada a negociar a diminuição dos spreads nos bancos privados, em 2012, elaborara uma extensa lista de reivindicações para o ministério da Fazenda, dando a entender que só aceitaria a exigência caso recebesse alguns

favores em troca; apostavam, afinal, no histórico poder dos bancos sobre o governo. Todas as condições apontavam na direção de que a tributação sobre as operações financeiras no Brasil eram exorbitantes – somente por isso os juros eram elevados, e que a arrecadação deveria diminuir em virtude de spreads menores. Ou seja, a Febraban dava um recado claro de que não aceitariam baixar suas margens de lucro em prol de menores juros para a população ou para a indústria. A briga<sup>4</sup> só não foi mais extensa por conta da boa governabilidade da qual gozava a presidenta na época, que pôde, sem problemas, mandar baixar os spreads dos bancos públicos e articular a redução da Selic junto ao Banco Central, como já citado acima. Entretanto, banqueiros eminentes como o presidente do conselho do Bradesco, Lázaro Brandão, por exemplo, criticavam a política econômica intervencionista de Mantega<sup>5</sup>. O presidente do Itaú na época (2013), Roberto Setubal, foi a público dizer que os gastos públicos estavam muito acima da arrecadação e que o país precisava de um “controle mais rigoroso dos gastos públicos” (NOVO e ALVES, 2013).

Assim que a recessão foi sentida pelo setor privado, em 2013, portanto, a única saída que este podia vislumbrar era a diminuição das despesas "excessivas" com moradia, saúde e distribuição de renda. E após as eleições acirradas de 2014, na qual Dilma pôde constatar o quão dividido o país já estava, e o quão desgastada sua imagem ficava, decidiu dar uma brusca guinada no rumo de sua política econômica e atender à demanda neoliberal. Pensava que iria com isso unir o país novamente e arrefecer a bipolaridade suscitada nos últimos anos. Por isso, no dia seguinte à sua reeleição, Dilma aumentou os juros para 11,25% ao ano, no intuito de acalmar o setor financeiro. Logo em seguida, destacou um nome do mercado para assumir a Fazenda; Joaquim Levy, que não decepcionou<sup>6</sup> e trouxe de volta a política do tripé força total. Naquele momento Levy, publicamente, deixou claro que era a favor do estabelecimento de regras para os gastos sociais e sinalizou que, em breve, haveria um pacote de medidas para limitar despesas (FUCS, CLEMENTE e LOYOLA, 2014). Tal expectativa se concretizou quando, em 2015, Levy trouxe uma

---

<sup>4</sup>MONTEIRO, Tânia. **Dilma exige retratação da Febraban e bancos tentam evitar crise com o governo**. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-exige-retratacao-da-febraban-e-bancos-tentam-evitar-crise-com-o-governo,111666e>>. Último acesso em: 09 de maio de 2017.

<sup>5</sup>Os falcões querem a cabeça de Mantega. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/politica/os-falcoes-querem-a-cabeça-de-mantega.html>>. Último acesso em: 09 de maio de 2017.

<sup>6</sup>ASSIS, Francisco C.; BRONZATI, Aline. **Febraban elogia escolha de Levy, Barbosa e Tombini**. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/febraban-elogia-escolha-de-levy-barbosa-e-tombini/>>. Último acesso em: 09 de maio de 2017.

série de propostas para cortes em diversos setores da sociedade, incluindo as camadas mais baixas, que sofreriam com uma grande diminuição no investimento em programas como o Minha Casa Minha Vida e na saúde pública (MARTELLO e PASSARINHO, 2015).

### **O Lobby pelas Reformas**

Em 2015, quando Joaquim Levy colocava em curso seu famigerado ajuste fiscal, reduzindo o orçamento da União em R\$ 26 bilhões, cortando custos públicos à rodo, a Febraban havia lançado uma nota elogiando a ação e opinando que esta era a única maneira de “retomar o crescimento da economia do país”<sup>7</sup>. Já depois do impeachment, em 2016, surgiu a proposta de uma PEC que impediria a ampliação dos investimentos nos serviços públicos por vinte anos; a PEC 241. E esta fora firmemente defendida pelos empresários rentistas, industriais e, como não poderia deixar de ser, pela classe média que pode pagar por serviços privados. Durante audiência pública na Câmara, em outubro do mesmo ano, Murilo Portugal, então presidente da Febraban, exigiu que o texto fosse aprovado sem alterações. Chegou a dizer que, como havia uma expectativa do setor privado para que isso acontecesse, se ela fosse frustrada, havia um risco de o Brasil demorar mais para sair da recessão: “Caso não se materialize (essa aprovação), há risco de reversão na melhora das variáveis, o que poderia colocar em risco a saída da recessão”, dizia, e acrescentou ainda que “Com o teto do gasto, mas sem uma reforma da Previdência, o que vai acontecer é que os gastos previdenciários vão continuar crescendo e vão espremer todas as outras despesas primárias tornando o teto impossível de ser mantido”<sup>8</sup>, já iniciando o lobby para a reforma previdenciária que está agora em trâmite na câmara. Roberto Setubal voltou a expor sua opinião sobre a necessidade de diminuir o investimento na área social e afirmou que se fazia necessário “um acerto das contas públicas”, leia-se corte, além de “um aumento

---

<sup>7</sup> Reportagem do G1: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/09/febraban-diz-que-governo-emite-sinalizacao-para-restabelecimento-da-confianca.html>

<sup>8</sup>GAMARSKI, Rachel. **Na Câmara, Febraban defende limite de gastos públicos**. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral/na-camara-febraban-defende-limite-de-gastos-publicos.10000075615>>. Último acesso em: 09 de maio de 2017.

temporário de tributos”<sup>9</sup>. Da mesma maneira, a FIESP também apoiou publicamente a aprovação da PEC, através de seu presidente Paulo Skaf, dando a entender que esta era a única forma do Brasil voltar a crescer (SKAF, 2016).

A justificativa para as medidas cíclicas neoliberais era a de que se gastara demais com programas sociais e que se fazia necessário, então, recompensar o “dinheiro desperdiçado” com arrochos salariais, desemprego e juros mais caros. Na realidade, os maiores gastos haviam sido as desonerações do governo para o setor privado que, em retribuição, havia decidido cruzar os braços e deixar de investir. Entretanto, a austeridade econômica aplicada como suposta solução para a crise se mostrou ser contraproducente na medida em que agravava a crise, fazendo o país mergulhar rapidamente numa recessão sem precedentes (FARIAS, 2015).

A Reforma Trabalhista, que foi aprovada em julho de 2017 é outra que foi amplamente promovida como grande necessidade pelo setor financeiro devido à “atrasada CLT brasileira”, que supostamente atribuía direitos demais aos trabalhadores. Personalidades importantes do setor financeiro como Roberto Setúbal, presidente de honra do banco Itaú<sup>10</sup>, e o próprio Santander, em documento oficial<sup>11</sup>, se manifestaram sobre a necessidade desta aprovação. E não foi surpresa para ninguém quando, três dias após a aprovação da reforma, Bradesco e Caixa lançaram o programa de demissão voluntária para renovarem seu plantel de funcionários com regras mais flexíveis para si. Em reportagem especial, a “The Intercept” revelou a ação de lobistas empenhados em viabilizar a aprovação rápida (foi aprovada na câmara em caráter emergencial, mesmo sendo algo que deveria exigir longos debates e participação de diversos setores da sociedade) da reforma, levando os interesses dos empresários e banqueiros ao conhecimento dos parlamentares.<sup>12</sup> Além do que as intervenções da Confederação Nacional do

---

<sup>9</sup>MEIBAK, Daniela. **Retomada depende de acerto das contas públicas, afirma Itaú Unibanco**. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/financas/4574887/retomada-depende-de-acerto-das-contas-publicas-afirma-itaunibanco>>. Último acesso em: 09 de maio de 2017.

<sup>10</sup> **Não há motivos para tirar Dilma do cargo, diz presidente do Itaú Unibanco**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/08/1672332-nao-ha-motivos-para-tirar-dilma-do-cargo-diz-presidente-do-itaunibanco.shtml>

<sup>11</sup> **Bancos devem mais de R\$ 1,3 bi para a Previdência**. Disponível em: <http://cutrs.org.br/wp-content/uploads/2017/07/291-691-Reforma-Trabalhista.pdf>

<sup>12</sup> **LOBISTAS DE BANCOS, INDÚSTRIAS E TRANSPORTES ESTÃO POR TRÁS DAS EMENDAS DA REFORMA TRABALHISTA**. Disponível em: <https://theintercept.com/2017/04/26/lobistas-de-bancos-industrias-e-transportes-quem-esta-por-tras-das-emendas-da-reforma-trabalhista/>



Transporte, da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, da Confederação Nacional da Indústria e da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística na redação de partes importantes da Reforma Trabalhista foram comprovadas pela reportagem, conforme segue abaixo:

The Intercept Brasil examinou as 850 emendas apresentadas por 82 deputados durante a discussão do projeto na comissão especial da Reforma Trabalhista. Dessas propostas de “aperfeiçoamento”, 292 (34,3%) foram integralmente redigidas em computadores de representantes da Confederação Nacional do Transporte (CNT), da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC&Logística).”

A influência das empresas e dos bancos se faz óbvia também quando se trata do Lobby pela Reforma da Previdência, principalmente porque os bancos possuem uma dívida astronômica de R\$ 426,07 bilhões à Previdência Social, de acordo com levantamento da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, e o valor corresponde a quase três vezes o déficit alegado pelo governo Temer para justificar a reforma da Previdência. Somente os cinco maiores bancos do Brasil devem juntos mais de R\$ 1,3 bilhão<sup>13</sup>. Os banqueiros alegam que a Reforma da Previdência é condição indispensável para a retomada do crescimento.<sup>14</sup> A FEBRABAN, representada por seu presidente Murilo Portugal, frequentemente afirma que a Reforma da Previdência deve ser o carro-chefe do pacote de recuperação da crise econômica.<sup>15</sup>

A necessidade de discorrer sobre o tema está na problemática de que, muito embora seja óbvio para boa parte dos acadêmicos que esta resistência das elites contra os avanços sociais atrasam demasiadamente o desenvolvimento

---

<sup>13</sup> **Reforma da Previdência ignora 426 bilhões devidos por empresas ao INSS.** Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/reforma-da-previdencia-ignora-426-bilhoes-devidos-por-empresas-ao-inss>

<sup>14</sup> **Bancos acham que, sem reforma da Previdência, economia vai patinar.** Disponível em: <http://epoca.globo.com/politica/expresso/noticia/2017/03/bancos-acham-que-sem-reforma-da-previdencia-economia-vai-patinar.html>

<sup>15</sup> Para FEBRABAN, crise política não deve atrapalhar o andamento de reformas. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/06/1890631-para-febraban-crise-politica-nao-deve-atrapalhar-andamento-de-reformas.shtml>

FEBRABAN elogia políticas de Temer. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/4977824/febraban-elogia-politicas-de-temer>

equilibrado do país, os representantes do setor financeiro quase sempre passam despercebidos pelo cenário político por terem a inteligência de agir nas sombras de congressistas, mídia e instituições, utilizando-se destes como verdadeiras testas de ferro enquanto atraem pouca ou nenhuma atenção para si. Deixam que a impopularidade de suas demandas recaia sobre partidos, figuras políticas e veículos de comunicação enquanto apenas usufruem de seus resultados, aumentando vertiginosamente suas taxas de lucro enquanto cresce o desemprego e o poder de compra da população diminui.

Portanto, é preciso analisar a influência das entidades e instituições financeiras e industriais no projeto de país estabelecido, mostrando assim o impacto que a resistência dos capitalistas deste setor têm causado aos avanços sociais no Brasil. Com isso pretendemos mostrar que, independentemente do grau de sofisticação da máquina democrática das nações, e do nível de sutileza com o qual as classes dominantes impõem sua vontade sobre a política e, conseqüentemente, sobre o povo, a luta de classes no molde daquela descrita pelo velho Marx não arrefeceu de certo. Mais do que isso, está claro que as ações para contenção dos direitos da população realizadas pelas classes dominantes têm se repetido constantemente na história e que o acirramento da tensão entre as classes tem sido a causa dos subsequentes retrocessos aos quais assistimos na atualidade. Para compreender isso, basta lembrarmos que a revolta dos empresários contra o governo social-desenvolvimentista de Dilma ocorreu num momento em que estes desfrutavam de concessões e estímulos diversos. Em contrapartida, viram seus empregados ganharem poder de compra e ficarem mais ousados na demanda por direitos, já que o exército de reserva havia sido reduzido ao menor número possível e os sindicatos se fortaleceram como há muito não se via (SINGER, 2016). Presenciaram o acesso de seus antigos subalternos a empregos mais bem remunerados e a serviços antes considerados exclusivos da classe média, tais como o transporte aéreo e as melhores universidades públicas. E, definitivamente, ver o servo da senzala frequentar a casa grande não é algo que esta elite irá admitir tão facilmente.

## **Bibliografia:**

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. 5. ed. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

MELLO, Guilherme. **Percalços da Revolução Monetária e a Nova Contrarrevolução Liberal Conservadora**, in FPA Discute, vol. 3, ago. 2014.

NOVO, Aguinaldo; ALVES, Cristina. **‘É impossível competir com essas taxas subsidiadas do BNDES’, diz presidente do Itaú**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/e-impossivel-competir-com-essas-taxas-subsidiadas-do-bndes-diz-presidente-do-itaui-11074235>>. Último acesso em: 09 de maio de 2017.

SINGER, André. **A (Falta de) Base Política para o Ensaio Desenvolvimentista**, in As Contradições do Lulismo, 1, São Paulo: Boitempo, 2016.

SINGER, André. **Cutucando Onças com Varas Curtas**, in Novos Estudos, n. 102, jul. 2015.

SKAF, Paulo. **PEC 241, a responsabilidade de todos**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/10/1827088-pec-241-a-responsabilidade-de-todos.shtml>>. Último acesso em: 09 de maio de 2017.

FUCS, José; CLEMENTE, Isabel; LOYOLA, Leandro. **Os desafios do novo ministro da Fazenda, Joaquim Levy**. Disponível em:

Daniel de Almeida Soares – Graduando em Sociologia e Política pela FESPSP  
E-mail: danielsoares.rises@gmail.com

<<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/12/os-desafios-do-novo-ministro-da-fazenda-bjoaquim-levyb.html>>. Último acesso em: 09 de maio de 2017.

MARTELLO, Alexandre; PASSARINHO, Nathalia. **Governo anuncia pacote de corte de gastos e propõe volta da CPMF.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/09/governo-anuncia-bloqueio-de-gastos-no-orcamento-de-2016.html>>. Último acesso em: 09 de maio de 2017.